



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa/Judiciária**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva este Caderno de Questões juntamente com a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 11 baseiam-se nos textos apresentados abaixo.

Texto I

Sábado, 23 de maio

Estouro da plateia

Quatro pessoas morrem pisoteadas e 18 ficam feridas após tumulto durante show da dupla João Bosco & Vinícius, no Festival de Rodeio de Jaguariúna (SP). Os shows de Victor & Léo e de Roberto Carlos, previstos para os dias seguintes, foram suspensos.

Texto II**No arranco cego da turba**

Ocorrências violentas envolvendo multidões têm se amiudado no Brasil, não raro com mortos e feridos. Nos últimos dias, tragédia de quatro mortos e oito feridos num show de música country em Jaguariúna; uma invasão de 80 torcedores descontentes na sede do Flamengo, no Rio, com agressão a um jogador; mais de 150 torcedores do Palmeiras, num confronto com a PM, levados para uma delegacia da zona leste, 20 feridos. Em duas décadas, ocorreram muitos episódios de depredação de estações ferroviárias, queima de ônibus, invasão e depredação de recintos públicos, como a própria Câmara dos Deputados e Universidades, e sobretudo linchamentos.

Na maioria dos casos o ímpeto da massa vem do descontentamento e do protesto. Residualmente, como em Jaguariúna, do medo e do pânico. Eventualmente, a provocação irresponsável de uma bomba junina no meio da multidão, um grito, uma correria que arrasta outras pessoas que, no geral, nem sabem por que estão correndo. Vítimas deliberadas, como nos linchamentos, ou casuais, como em Jaguariúna. Ou casos mais graves, em que a turba não é massa informe que só adquire perfil e identidade depois da ocorrência que a mobiliza, mas é multidão já polarizada. Ou mesmo no caso do massacre de Carajás, em 1996, quando 19 acampados foram mortos num confronto típico de multidão. Ou os casos mais frequentes de confrontos violentos entre torcidas de futebol. Fatos próprios de uma sociedade intolerante, organizada em cima de identidades antissociais, como se nela não houvesse espaço e oxigênio para todos e para a democracia da diferença.

O que chama atenção nos últimos tempos é justamente a típica manifestação de turba em ações de natureza política. A contaminação crescente da atuação política, sobretudo dos movimentos sociais, pelo comportamento de multidão esvazia a demanda que os move de sua dimensão propriamente política. Os sociólogos que fizeram os primeiros estudos sobre o tema

definiam tais ações como comportamento coletivo. Mas nem toda multidão atua por comportamento de multidão. Por isso, decantaram o comportamento coletivo para nele identificar os movimentos sociais, que são aquelas condutas que têm sentido, que discrepam das irracionalidades próprias da multidão. Comportamento de multidão nos movimentos sociais é justamente a mais significativa indicação de impasse e retrocesso, de falta de projeto com clareza política quanto à própria busca.

(José de Souza Martins. **O Estado de S. Paulo**, *Aliás*, J6, 31 de maio de 2009, com adaptações)

1. O texto II se caracteriza, principalmente, pela
 - (A) simples divulgação jornalística de fatos recentes marcados por violência em confrontos entre participantes e policiais.
 - (B) condenação às manifestações de caráter político simultâneas aos eventos populares, numa mistura indevida que predispõe à violência.
 - (C) exposição de ideias bastante particulares a respeito de movimentos políticos e sociais no Brasil nas últimas décadas.
 - (D) apresentação de fatos violentos que vêm ocorrendo com maior frequência em todo o país, com a intenção de explicar esses fenômenos.
 - (E) crítica, antes de mais nada, às possíveis manifestações de violência nos espetáculos populares, que atraem multidões de interessados.
2. É correto associar os títulos do texto I e do texto II com
 - (A) o descontentamento que marca, em muitas ocasiões, as atitudes de uma multidão.
 - (B) o universo sertanejo, ao realçar o desvario irracional de certas aglomerações.
 - (C) o tipo de música apresentada no espetáculo, no gosto particular dos ouvintes.
 - (D) a violência que domina a área rural, povoada por animais bravios e homens rudes.
 - (E) a impossibilidade de haver explicações científicas para comportamentos de multidão.
3. O 3º parágrafo do texto II se desenvolve com base na diferenciação entre
 - (A) comportamento coletivo e comportamento de multidão.
 - (B) demandas sociais e retrocesso na atuação de grupos políticos.
 - (C) natureza da atuação política e mobilização dos movimentos sociais.
 - (D) impasse na atuação política e retrocesso no comportamento de multidão.
 - (E) primeiros estudos sobre multidões e comportamento coletivo.



4. A enumeração de exemplos de violência comprova a afirmativa de que
- (A) os organizadores de espetáculos públicos têm sido omissos quanto às necessárias medidas de segurança.
- (B) os episódios violentos, apesar de sua constância, tornaram-se pouco expressivos atualmente.
- (C) os eventos públicos marcados por violência estão se tornando mais frequentes ultimamente.
- (D) as aglomerações em espetáculos musicais põem em risco as propriedades públicas e privadas.
- (E) o futebol já deixou de representar apenas divertimento e lazer para os torcedores mais fanáticos.
-
5. Identifica-se opinião, não somente referência a fato, no segmento:
- (A) *Ocorrências violentas envolvendo multidões têm se amiudado no Brasil, não raro com mortos e feridos.*
- (B) *Em duas décadas, ocorreram muitos episódios de depredação de estações ferroviárias, queima de ônibus, invasão e depredação de recintos públicos, como a própria Câmara dos Deputados e Universidades, e sobretudo linchamentos.*
- (C) *Vítimas deliberadas, como nos linchamentos, ou casuais, como em Jaguariúna.*
- (D) *Ou mesmo no caso do massacre de Carajás, em 1996, quando 19 acampados foram mortos em confronto típico de multidão.*
- (E) *Fatos próprios de uma sociedade intolerante, organizada em cima de identidades antissociais, como se nela não houvesse espaço e oxigênio para todos e para a democracia da diferença.*
-
6. *Por isso, decantaram o comportamento coletivo para nele identificar os movimentos sociais ...* (último parágrafo)
- O segmento grifado indica, considerando-se o contexto,
- (A) causa, referente ao fato de que nem toda multidão se comporta de modo irracional.
- (B) consequência, com a intenção de identificar a atuação política dos movimentos sociais.
- (C) temporalidade, em relação aos sociólogos que se dedicaram aos primeiros estudos sobre multidões.
- (D) explicação, pelo fato de que pesquisadores buscaram entender as razões do comportamento coletivo.
- (E) conclusão, diante da evidência da contaminação crescente da atuação política nos movimentos sociais.
-
7. *... que só adquire perfil e identidade depois da ocorrência que a mobiliza ...* (2º parágrafo)
- Considerando-se o contexto, o pronome grifado acima substitui corretamente:
- (A) turba.
- (B) massa informe.
- (C) identidade.
- (D) ocorrência.
- (E) multidão já polarizada.
-
8. Constituem **parônimos** os vocábulos grifados nas frases apresentadas em:
- (A) Constava do relatório a descrição pormenorizada da destruição do centro de treinamento decorrente da invasão de torcedores.
Com discricção e muita simpatia, o novo jogador logo conquistou a confiança da torcida.
- (B) O descontentamento dos torcedores culminou com um protesto no próprio estádio.
Como protesto contra as medidas tomadas pela diretoria, funcionários se recusaram a trabalhar.
- (C) Torcedores descontentes invadiram a sede do clube e a depredaram.
Com sede de vitória, os torcedores estimulavam o time ao ataque.
- (D) O recinto foi atacado por bombas de fabricação caseira.
Na festa junina soltaram-se bombas e fogos de artifício coloridos.
- (E) Os feridos no confronto foram encaminhados ao hospital mais próximo.
Vários espectadores ficaram feridos no último festival.
-
9. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) O confronto generalizado entre torcedores de times adversários acabaram com grande número de feridos atendidos no hospital mais próximo.
- (B) Existe sempre alguns fatos que vai dar origem aos protestos violentos, que acabam em depredações e em grande número de feridos.
- (C) É importante as medidas de controle que é feita pelos órgãos responsáveis pela segurança em eventos que atraem multidões.
- (D) Seria necessário maiores cuidados com a segurança do público em eventos onde se encontra milhares de pessoas, de todas as idades.
- (E) Nem sempre é possível evitar acontecimentos trágicos que acabam ocorrendo em lugares em que se encontram muitas pessoas.
-
10. A frase inteiramente correta, considerando-se a colocação ou a ausência do sinal de crase, é:
- (A) Brigas entre torcidas de times rivais se iniciam sempre com provocações de parte à parte, à qualquer momento.
- (B) O respeito as medidas de segurança tomadas em um evento de grande interesse garante à alegria do espetáculo.
- (C) Uma multidão polarizada pode ser induzida à atitudes hostis, tomadas em oposição às medidas adotadas.
- (D) Com a constante invasão às sedes de clubes, os dirigentes passaram a monitorar a presença de torcedores, até mesmo nos treinos.
- (E) As pessoas, enfurecidas, iam em direção à um dos dirigentes, quando os policiais conseguiram controlar toda a multidão.



11. Os jovens se mostram atualmente mais adaptados ou predispostos ao comportamento de multidão.
A característica do comportamento de multidão é a improvisação.
São eventos que duram não mais do que poucos minutos.
- As frases acima articulam-se em um único período com clareza, correção e lógica em:
- (A) Com uma característica do comportamento de multidão que é a improvisação em eventos que duram não mais do que poucos minutos, são os jovens os quais se mostram atualmente mais adaptados ou predispostos a esse comportamento.
- (B) Os jovens se mostram atualmente mais adaptados ou predispostos ao comportamento de multidão, cuja característica é a improvisação em eventos que duram não mais do que poucos minutos.
- (C) São em eventos que duram não mais do que poucos minutos de que os jovens se mostram atualmente mais adaptados ou predispostos a um comportamento de multidão, na característica de improvisação.
- (D) A característica do comportamento de multidão é a improvisação cujos os jovens se mostram atualmente mais adaptados ou predispostos, os quais são eventos que não duram mais do que poucos minutos.
- (E) Os jovens de cuja característica do comportamento de multidão é a improvisação, se mostram atualmente mais adaptados ou predispostos em eventos que não duram mais do que poucos minutos.

Atenção: As questões de números 12 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O boi vegetal

Arrebanhando as vozes que ainda continuam, o movimento para o canto do salão. Todos com os seus copos, e sorrisos fixos, essa postura flutuante de coquetel. Avulsos mas orientados, pouco a pouco se agrupam diante do homem baixo, magro, de cabelo duro e terno escuro. O governador vai falar.

O rumor cessa para o visitante que sério inclina a cabeça, agradecendo. Ele balança um instante, apoiando-se numa perna, na outra, e começa o seu discurso entre ruídos secos do microfone mal regulado. Tem um sotaque forte, que se arrasta cantante. Há o sorriso disfarçado, alguma atenção, uma porta fechada, ao fundo, sobre o pessoal da copa. [...]

"Importante plano de governo é o plantio de um milhão de cajueiros, o que decerto irá contribuir para elevar o padrão de vida dos meus coestaduanos."

Um jornalista achou que a voz do governador se fazia mais forte, e no entanto mais nivelada, e embalado pensou numa grande população morando embaixo de árvores. Os ramos eram ralos, deixavam passar os raios de sol. Todo o povo estava de chapéu.

Grandes extensões verdes, riqueza, divisas. Os cajueiros voltando, insistindo. O entusiasmo, que levava a citações, "esta árvore de imenso agasalho", o tom mudado em poético, o ritmo se alargando, mais retórico.

"Porque o cajueiro, senhores, é um verdadeiro boi vegetal."

Um homem de relações públicas, chegado cedo e já adiantado em bebida e cansaço, imaginou o boi fincado na paisagem, com suas patas entrando pela terra adentro, feitas raízes, nodosas, os chifres carregados de folhas e cajus.

O governador continuava, dividindo em parte e derivados a sua árvore: a madeira, a fruta, a castanha, a fibra, a sombra.

Um representante de governo, olhando o relógio e vendo já os vinte minutos de discurso, baixou a cabeça e procurou um jeito de industrializar a sombra, para concluir que seria melhor aproveitá-la sem compromissos. [...]

Os ouvintes, de copo na mão e cigarros acesos, começaram a mexer-se, educados mas inquietos, reparando que fazia calor, imaginando lá fora um trânsito pesado, lembrando ser ainda quarta-feira, a semana seus caminhos pela metade, e aquele cidadão ali se alongando em números, planos e folclore. [...]

O governador falando e observando o auditório, percebendo os seus movimentos, a hora que passara, se arrependendo de não ter feito um roteiro. Ainda muito a dizer, tanta coisa, e já precisando terminar. Um fecho, soneto. E voltou aos cajueiros, que eram símbolo. E ao boi, vegetal sim. E aos recursos humanos de sua gente. Sentindo-se muito honesto, sincero, verdadeiro, e no entanto meio confuso, atrapalhado, repetido. Com as omissões e o discursivo. O final baixo, quase de não se ouvir. E as palmas.

(Ricardo Ramos. **Circuito fechado**. São Paulo: Martins, 1972, p. 90-91)

12. A afirmativa de que o cajueiro é um boi vegetal
- (A) condensa, em uma frase, a fala do governador, desenvolvida até então com a loquacidade que permeia o discurso político.
- (B) indica o exagero, comum no discurso político, a partir da empolgação do falante, que se perde em imagens sem sentido lógico.
- (C) constitui um argumento difícil de ser sustentado, devido à injustificada associação entre animal e planta.
- (D) reproduz a ideia principal de toda a narrativa com o objetivo de salientar a importância do discurso do governador.
- (E) introduz um estranhamento no texto, que vai justificar o aparecimento, um pouco mais tarde, do desinteresse e do cansaço da plateia.

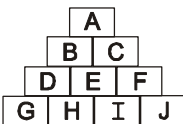
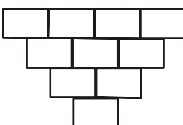


13. Percebe-se corretamente que há, no desenvolvimento do texto,
- (A) posição de respeito e até mesmo de reverência a uma figura pública, na maneira como as pessoas se comportam ao ouvir o discurso do governador.
- (B) seriedade na abordagem do assunto, ao considerar as enormes possibilidades de desenvolvimento social e econômico de um Estado.
- (C) discrepância entre a seriedade imposta pelo governador aos seus planos e o pouco interesse da plateia em relação ao que é anunciado.
- (D) unidade de posições entre governo e população quanto aos planos governamentais referentes ao desenvolvimento econômico do Estado.
- (E) total desconsideração popular representada por um público desatento, pouco interessado nas providências anunciadas pelo governo estadual.
-
14. Considere as seguintes afirmativas:
- I. No 2º parágrafo esboça-se a cena: no primeiro plano, o governador que começa a falar e, no segundo, a plateia, entre atenta e desinteressada.
- II. O 5º parágrafo aponta a continuidade do discurso do governador, caracterizado pela valorização das medidas anunciadas e até mesmo por ímpetos literários.
- III. Quase todo o 9º parágrafo induz o leitor à percepção de certo tom irônico, no aproveitamento *sem compromissos* da sombra, ou melhor, no simples conforto de estar à sombra da árvore.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.
-
15. Em relação ao emprego das aspas no texto, é correto afirmar que
- (A) assinalam frases tomadas de empréstimo pelo governador, nos três casos.
- (B) apontam citações literárias dentro de um discurso coloquial, feito para correligionários.
- (C) em todos os exemplos indicam a fala de uma personagem alheia ao contexto.
- (D) indicam falas da personagem no 1º e 3º exemplos, e citação alheia, no 2º.
- (E) isolam *slogans* do governo estadual, na forma de ações efetivas a serem tomadas.
-
16. Ainda muito a dizer (...) e já precisando terminar. (último parágrafo)
- Iniciando-se o período por Já precisando terminar, o segmento grifado passará a ser, sem alteração do sentido original:
- (A) caso tivesse ainda muito a dizer.
- (B) à medida que tinha ainda muito a dizer.
- (C) conquanto tivesse ainda muito a dizer.
- (D) visto que tinha ainda muito a dizer.
- (E) a fim de que tivesse ainda muito a dizer.
-
17. I. *E voltou aos cajueiros, que eram símbolo. E ao boi vegetal sim. E aos recursos humanos de sua gente.*
- II. *E as palmas.*
- Em relação à presença do *E* nos segmentos acima, é INCORRETO afirmar que:
- (A) O emprego da conjunção coordenativa aditiva nas frases do segmento I indica sequência de orações de estrutura idêntica.
- (B) As orações do segmento I denotam, por sua estrutura sintático-semântica, o elemento repetitivo da fala do governador.
- (C) Assinala a insistência do governador em convencer a plateia dos resultados econômicos e sociais que adviriam da execução de seus planos.
- (D) A conjunção empregada na frase II introduz a plena participação da plateia, interrompendo finalmente o cansativo discurso do governador.
- (E) Aponta para o cansaço e para certa desarticulação do falante, marcados por frases curtas e repetitivas.
-
18. Há o sorriso disfarçado, alguma atenção, uma porta fechada, ao fundo, sobre o pessoal da copa. (2º parágrafo)
- A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:
- (A) *O rumor cessa para o visitante ...*
- (B) *... e começa o seu discurso entre ruídos secos do microfone mal regulado.*
- (C) *... e embalado pensou numa grande população ...*
- (D) *Todo o povo estava de chapéu.*
- (E) *... que eram símbolo.*
-
19. O entusiasmo, que levava a citações... (5º parágrafo)
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está na frase:
- (A) *... pouco a pouco se agrupam diante do homem baixo ...*
- (B) *... que se arrasta cantante.*
- (C) *... que a voz do governador se fazia mais forte...*
- (D) *... imaginou o boi fincado na paisagem ...*
- (E) *Os ouvintes (...) começaram a mexer-se ...*
-
20. Considere as afirmativas abaixo, sobre o emprego de tempos e modos verbais no desenvolvimento do texto. Está INCORRETO o que se afirma em:
- (A) O uso recorrente do presente do indicativo no 2º parágrafo assinala uma narrativa animada e contínua.
- (B) O pretérito imperfeito em *O governador continuava* (8º parágrafo) atribui noção de presente àquele momento no passado.
- (C) O emprego do futuro do pretérito em *que seria melhor aproveitá-la sem compromissos* (9º parágrafo) indica hipótese possível.
- (D) A presença do gerúndio em *reparando que fazia calor, imaginando lá fora um trânsito pesado, lembrando ser ainda quarta-feira* (10º parágrafo) caracteriza uso abusivo dessa forma verbal, entendido atualmente como "gerundismo".
- (E) O pretérito-mais-que-perfeito do indicativo em *a hora que passara* (último parágrafo) aponta para ação passada anterior a outra, também passada.

**Noções de Informática**

21. Documentos na forma de textos, imagens, sons e filmes digitais baseados em hipertextos, interligados por meio de *hyperlinks*, que utiliza hipermídia denominam-se
- (A) *browser*.
(B) *intranet*.
(C) linguagem HTML.
(D) protocolo HTTP.
(E) sistema WWW.
22. Em segurança da informação nos computadores, o uso de arquivos *backup* serve principalmente para
- (A) recuperar arquivos perdidos.
(B) recuperar o sistema operacional em casos de falha.
(C) isolar em quarentena os vírus detectados.
(D) recuperar arquivos perdidos e isolar em quarentena os vírus detectados.
(E) recuperar o sistema operacional em casos de falha e isolar em quarentena os vírus detectados.
23. Na janela Propriedades de Vídeo, acessada com o botão direito do mouse sobre a área de trabalho do Windows XP, pode-se alterar a Resolução da tela por meio da aba
- (A) Tema.
(B) Aparência.
(C) Configurações.
(D) Área de trabalho.
(E) Proteção de tela.
24. O editor de textos *BrOffice.org Writer* NÃO possibilita que, por meio do menu Formatar, seja adicionado bordas a
- (A) Parágrafo.
(B) Coluna.
(C) Página.
(D) Quadro.
(E) Figura.
25. Dadas as células de uma planilha eletrônica *BrOffice.org Calc*, com seus respectivos valores:
 $A1=7$, $A2=vazia$, $A3=14$, $A4=vazia$ e $A5=9$,
o valor apresentado pela fórmula
 $=MÉDIA(A1:A5)$ na célula A6 será
- (A) zero
(B) 6
(C) 8
(D) 10
(E) 12

Raciocínio Lógico

26. Considere que os dois primeiros pares de palavras foram escritos segundo determinado critério.
- temperamento – totem
traficante – tetra
massificar – ?
- De acordo com esse mesmo critério, uma palavra que substituiria o ponto de interrogação é
- (A) ramas.
(B) maras.
(C) armas.
(D) samar.
(E) asmar.
27. Dez placas quadradas, cada qual tendo ambas as faces marcadas com uma mesma letra, foram dispostas na forma triangular, conforme é mostrado na figura abaixo.
- 
- Movendo apenas três dessas placas, a forma triangular que elas apresentam pode ter sua posição invertida:
- 
- Para que isso ocorra, as placas que devem ser movidas são as marcadas com as letras:
- (A) A, G e J.
(B) A, H e I.
(C) A, B e C.
(D) B, C e E.
(E) E, G e J.
28. Suponha que para disputar um torneio de tênis inscreveram-se 2 435 pessoas. Considerando que nesse jogo não há empates, o perdedor é eliminado do torneio e o vencedor segue disputando, então, se todos os inscritos participarem desse torneio, o número de partidas que deverão ser disputadas até que uma única pessoa se sagre campeã é
- (A) menor que 1 500
(B) 1 545
(C) 1 724
(D) 1 947
(E) 2 434



29. Considere as seguintes premissas:

p : Trabalhar é saudável

q : O cigarro mata.

A afirmação "Trabalhar não é saudável" ou "o cigarro mata" é FALSA se

- (A) p é falsa e \sim q é falsa.
- (B) p é falsa e q é falsa.
- (C) p e q são verdadeiras.
- (D) p é verdadeira e q é falsa.
- (E) \sim p é verdadeira e q é falsa.

30. Certo dia, Teobaldo, funcionário de um escritório, levou ao trabalho um pacote de balas para chupar durante o expediente. Entretanto, logo ao chegar ao escritório, foi convocado a participar de uma reunião e para lá se dirigiu, antes de poder chupar sequer uma bala do pacote que havia levado. Na sua ausência, seus colegas – Nivaldo, Clodoaldo e Percival –, vendo o pacote de balas sobre a mesa de Teobaldo, adotaram o seguinte procedimento:

- primeiramente, Nivaldo levou consigo a terça parte da quantidade existente no pacote e mais 3 balas;
- em seguida, Clodoaldo levou consigo a terça parte do que havia sobrado no pacote e mais 3 balas;
- finalmente, foi a vez de Percival, que adotou o mesmo procedimento de Nivaldo e Clodoaldo.

Considerando que apenas essas três pessoas mexeram em tais balas e que, ao sair da reunião, Teobaldo encontrou o pacote em sua mesa com apenas 7 balas, a quantidade inicial de balas do pacote que Teobaldo levou ao escritório nesse dia era

- (A) 54
- (B) 45
- (C) 42
- (D) 36
- (E) 30

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, considere as seguintes assertivas:

- I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, permitida a de caráter paramilitar.
- II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização.
- III. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão administrativa.
- IV. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- V. São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) IV e V.

32. Com relação ao Ministério Público é INCORRETO afirmar:

- (A) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (C) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (D) É garantida aos membros do Ministério Público a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (E) É vedado aos membros do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

33. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, NÃO sendo assegurado

- (A) a soberania dos veredictos.
- (B) a plenitude de defesa.
- (C) o sigilo das votações.
- (D) o sigilo do nome do juiz.
- (E) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

34. Nos termos da lei, a prática do racismo constitui crime

- (A) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (B) afiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção.
- (C) inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (D) afiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
- (E) afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

35. A respeito dos servidores públicos, considere:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- II. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- III. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- IV. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão aposentados compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos integrais.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.



<p>36. São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por</p> <p>(A) três meses ininterruptos e idoneidade moral. (B) seis meses ininterruptos e idoneidade moral. (C) um ano ininterrupto e idoneidade moral. (D) dois anos ininterruptos. (E) três anos ininterruptos.</p>	<p>41. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. (B) os membros do Congresso Nacional e o Procurador-Geral da República nas infrações penais comuns, dentre outros. (C) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União. (D) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão. (E) os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, nos crimes de responsabilidade.</p>
<p>37. Com relação aos Direitos Políticos, os parentes consanguíneos ou afins de Prefeito ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, até o</p> <p>(A) primeiro grau. (B) segundo grau. (C) terceiro grau. (D) quarto grau. (E) quinto grau.</p>	<p>42. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo,</p> <p>(A) onze Ministros, sendo, dois terços dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais. (B) trinta e três Ministros, sendo, dois terços dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça. (C) onze Ministros, sendo, um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça. (D) trinta e três Ministros, sendo, dois terços dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais. (E) trinta e três Ministros, sendo, um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça.</p>
<p>38. Legislar privativamente sobre trânsito e transporte é competência</p> <p>(A) do Distrito Federal. (B) dos Estados. (C) dos Municípios. (D) da União. (E) do Congresso Nacional.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>43. A regra geral de proibição de greve nos serviços públicos, a faculdade de a Administração utilizar equipamentos e instalações de empresa que com ela contrata, e a necessidade de institutos com a suplência, a delegação e a substituição, são consequências do princípio da</p> <p>(A) continuidade do serviço público. (B) autotutela. (C) legalidade. (D) supremacia do interesse público. (E) moralidade administrativa.</p>
<p>39. Os Estados poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, mediante</p> <p>(A) Lei Complementar. (B) Lei Ordinária. (C) Lei Orgânica. (D) Decreto. (E) Medida Provisória.</p>	<p>44. São princípios da Administração Pública expressamente previstos na Constituição da República Federativa do Brasil:</p> <p>(A) especialidade, moralidade e autotutela. (B) legalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público. (C) publicidade, supremacia do interesse público e veracidade. (D) veracidade, eficiência e razoabilidade. (E) eficiência, legalidade e publicidade.</p>
<p>40. Considere as seguintes assertivas a respeito do Presidente e do Vice-Presidente:</p> <p>I. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.</p> <p>II. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.</p> <p>III. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.</p> <p>IV. Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente e Vice-Presidente nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.</p> <p>De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I, III e IV. (C) II e III. (D) II, III e IV. (E) III e IV.</p>	



<p>45. Sobre a Administração Pública Indireta, considere:</p> <p>I. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autodeterminação, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.</p> <p>II. Pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública Indireta, instituída pelo Poder Público, mediante autorização de lei específica, sob a forma de sociedade anônima.</p> <p>III. Pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública Indireta, instituída pelo Poder Público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica.</p> <p>Os conceitos em I, II, e III referem-se, respectivamente, a</p> <p>(A) fundação pública, empresa pública e sociedade de economia mista.</p> <p>(B) fundação pública, autarquia e empresa pública.</p> <p>(C) autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública.</p> <p>(D) sociedade de economia mista, autarquia e fundação pública.</p> <p>(E) empresa pública, sociedade de economia mista e autarquia.</p>	<p>48. A anulação do ato administrativo emanado do Poder Executivo pode ser feita</p> <p>(A) unicamente por provocação do interessado.</p> <p>(B) pelo Ministério Público.</p> <p>(C) pelo Poder Legislativo.</p> <p>(D) quando não for mais conveniente ou oportuna a sua manutenção.</p> <p>(E) pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.</p>
<p>46. Sobre os elementos definidores dos serviços públicos é correto afirmar que</p> <p>(A) toda atividade de interesse público é serviço público.</p> <p>(B) a gestão direta pode ser exercida, dentre outros, por meio de concessão ou permissão.</p> <p>(C) o regime jurídico dos serviços comerciais e industriais desenvolvidos pelo Estado é de direito público.</p> <p>(D) a gestão dos serviços públicos é incumbência do Estado, que pode exercê-lo direta ou indiretamente.</p> <p>(E) o serviço público visa sempre à obtenção de lucros em seus resultados.</p>	<p>49. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO se enquadram como servidores públicos os</p> <p>(A) empregados das fundações públicas.</p> <p>(B) ocupantes de cargos efetivos dos Ministérios.</p> <p>(C) empregados das sociedades de economia mista.</p> <p>(D) ocupantes de cargos em comissão da União.</p> <p>(E) empregados das autarquias.</p>
<p>47. Sobre os poderes administrativos é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o poder normativo ou poder regulamentar é o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei.</p> <p>(B) o poder hierárquico é o que cabe à Administração para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores e às demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.</p> <p>(C) o poder de polícia é exercido sobre todas as atividades que possam, direta ou indiretamente, afetar os interesses da coletividade.</p> <p>(D) a avocação consiste no poder que possui o superior de chamar para si a execução de atribuições cometidas originalmente a seus subordinados.</p> <p>(E) o poder de polícia originário é aquele exercido pelas pessoas políticas do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) alcançando os atos administrativos.</p>	<p>50. Sobre os servidores públicos, considere:</p> <p>I. Agentes políticos são os titulares dos cargos estruturais à organização política do País.</p> <p>II. Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado são contratadas sob o regime jurídico único dos servidores.</p> <p>III. Empregos públicos são núcleos de encargos de trabalho permanente a serem preenchidos por agentes contratados para desempenhá-los, sob relação trabalhista.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e III, apenas.</p> <p>(B) I e II apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
	<p>51. De acordo com a Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92), perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado</p> <p>(A) constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.</p> <p>(B) é ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.</p> <p>(C) é ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.</p> <p>(D) não constitui ato de improbidade.</p> <p>(E) caracteriza mera infração penal, sem consequências no âmbito do Direito Administrativo.</p>
	<p>52. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92), nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego, podem ser propostas</p> <p>(A) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica.</p> <p>(B) até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.</p> <p>(C) até oito anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.</p> <p>(D) dentro do exercício financeiro ao qual se refere.</p> <p>(E) até dezesseis anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.</p>

**Noções de Direito Processual Civil**

53. Serão representados em juízo, ativa e passivamente,
- (A) os Estados, por seus procuradores.
 - (B) a herança jacente ou vacante, pelo Ministério Público.
 - (C) o espólio, por seu síndico.
 - (D) a massa falida, pelo inventariante.
 - (E) o condomínio, por seu curador.
54. O prazo estabelecido, pela lei ou pelo juiz,
- (A) salvo disposição em contrário, será de três dias.
 - (B) será computado incluindo o dia do começo e o do vencimento.
 - (C) se cair em feriado, será antecipado para o dia anterior.
 - (D) é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
 - (E) quando peremptórios, poderão ser prorrogados pelas partes.
55. Com relação a citação podemos afirmar que começa a correr o prazo, da data
- (A) da sua publicação, se a citação for por edital.
 - (B) do cumprimento do mandado, se a citação for por oficial de justiça.
 - (C) da citação pessoal de cada réu, se houver vários.
 - (D) do carimbo do correio, se a citação for por carta.
 - (E) de juntada aos autos devidamente cumprida, se a citação for por carta precatória.
56. O juiz NÃO concederá, a requerimento da parte, antecipação, total ou parcial dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, mesmo que exista prova inequívoca e se convença da verossimilhança da alegação, quando
- (A) houver receio de dano de difícil reparação.
 - (B) houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
 - (C) houver receio de dano irreparável.
 - (D) caracterizado o abuso do direito de defesa.
 - (E) caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.
57. Suspende-se o processo quando
- (A) as partes transigirem.
 - (B) o juiz acolher exceção de litispendência.
 - (C) for oposta exceção de incompetência do juízo.
 - (D) o juiz pronunciar a decadência.
 - (E) o juiz acolher a alegação de preempção.

58. O prazo para interposição do recurso especial, dos embargos de declaração e dos embargos de divergência, respectivamente, é de
- (A) 15 dias, 5 dias e 15 dias.
 - (B) 15 dias, 5 dias e 10 dias.
 - (C) 10 dias, 5 dias e 5 dias.
 - (D) 10 dias.
 - (E) 5 dias.
59. No processo perante o Juizado Especial Cível
- (A) a sentença deverá obrigatoriamente conter relatório.
 - (B) o juiz não poderá excluir as provas que considerar excessivas.
 - (C) cada parte poderá arrolar até o máximo de 5 testemunhas.
 - (D) não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
 - (E) não se admitirá pedido contraposto.
60. A respeito do procedimento sumário, é correto afirmar que
- (A) o réu, na contestação, não poderá apresentar pedido em seu favor, ainda que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
 - (B) poderá ser observado nas causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas,
 - (C) o juiz não poderá converter o procedimento sumário em ordinário mesmo se houver necessidade de prova técnica de maior complexidade.
 - (D) a defesa deverá ser apresentada oralmente, não se admitindo defesa escrita.
 - (E) as partes comparecerão pessoalmente à audiência, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir.
61. A respeito da petição inicial, considere:
- I. É lícito ao autor formular pedido genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.
 - II. Se não houver conexão, não é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos.
 - III. Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.



<p>62. Deve ser arguida por meio de exceção, que será processada em apenso aos autos principais, a</p> <p>(A) conexão. (B) litispendência. (C) coisa julgada. (D) perempção. (E) suspeição.</p>	<p>67. De acordo com o princípio da correlação, no processo penal:</p> <p>(A) A sentença deve guardar relação entre o que consta dela e o que pensa o juiz. (B) A sentença deve guardar relação com a denúncia ou a queixa. (C) Deve haver relação entre o fato descrito na denúncia e o texto da lei. (D) O juiz e o promotor de justiça devem ocupar cargos relacionados na mesma entrância. (E) A sentença no processo penal deve ter relação com a decisão do processo civil de indenização pelo mesmo fato.</p>
<p>63. A respeito das espécies de execução, considere:</p> <p>I. para entrega de coisa. II. das obrigações de fazer. III. das obrigações de não fazer. IV. por quantia certa contra devedor solvente. V. por quantia certa contra devedor insolvente.</p> <p>O juiz poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação nas espécies de execução indicadas APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) IV e V. (C) I, IV e V. (D) II e III. (E) II, III e V.</p>	<p>68. Na ação penal privada vigoram, entre outros, os princípios da</p> <p>(A) indisponibilidade, da iniciativa das partes e do duplo grau de jurisdição. (B) publicidade, da oficialidade e da persuasão racional. (C) ampla defesa, da obrigatoriedade e da proporcionalidade. (D) oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade. (E) oportunidade, da publicidade e da oficialidade.</p>
<p>64. Nos Juizados Especiais, da sentença homologatória de conciliação</p> <p>(A) cabe agravo de petição. (B) cabe recurso de apelação. (C) não cabe recurso. (D) cabe recurso especial. (E) cabe recurso ordinário.</p>	<p>69. É função do Ministério Público, no Processo Penal:</p> <p>(A) Promover a ação penal pública, condicionada e incondicionada. (B) Promover a ação penal privada, se a vítima não o fizer no prazo legal. (C) Promover apenas a ação penal pública incondicionada. (D) Desistir da ação penal em curso quando não houver interesse público. (E) Promover o andamento da ação penal no caso de inércia do Juiz.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual Penal</p> <p>65. Em conformidade com a lei processual penal são consideradas as seguintes espécies de prisão em flagrante</p> <p>(A) forjado, presumido e especial. (B) preparado, putativo e próprio. (C) próprio, impróprio e presumido. (D) esperado, presumido e preparado. (E) próprio, forjado e presumido.</p>	<p>70. Nos termos da lei processual penal a liberdade provisória pode ser</p> <p>(A) obrigatória, permitida ou vedada. (B) plena, parcial e desvinculada. (C) comum, especial e vinculada. (D) obrigatória, facultativa ou proibida. (E) com fiança ou sem fiança.</p>
<p>66. A decadência, fator extintivo da punibilidade no processo penal, como perda do direito de propor a ação penal, cabe</p> <p>(A) na ação penal exclusivamente privada e na ação penal pública condicionada. (B) tanto na ação penal exclusivamente privada, como na ação penal privada subsidiária e na ação penal pública privada. (C) somente na ação penal pública privada. (D) somente na ação penal exclusivamente privada. (E) tanto na ação penal privada exclusiva, como na ação penal privada subsidiária e na ação penal pública condicionada.</p>	<p>71. São requisitos formais da sentença, dentre outros:</p> <p>(A) Inexistência de litispendência e de questões prejudiciais. (B) Transcrição integral da denúncia ou queixa e das razões recursais. (C) Exposição sucinta da acusação e da defesa, nomes das partes e dispositivo. (D) Elaboração por Juiz não impedido nem suspeito. (E) Publicação e intimação do órgão do Ministério Público e da defesa.</p>



<p>72. São atos da fase preliminar do procedimento previsto pela Lei nº 9.099/95, dentre outros:</p> <p>(A) termo circunstanciado, intimação das partes e oitiva de testemunhas.</p> <p>(B) termo circunstanciado, audiência preliminar e composição dos danos civis.</p> <p>(C) termo circunstanciado, citação do réu e instauração da ação penal.</p> <p>(D) inquérito policial ou termo circunstanciado, denúncia oral e tentativa de conciliação.</p> <p>(E) termo circunstanciado ou boletim de ocorrência, oitiva das partes e debates orais.</p>	<p>77. Em regra, quem tiver exercido quaisquer cargos de direção por</p> <p>(A) quatro anos, ou o de Presidente, não figurará entre os elegíveis por dois anos consecutivos.</p> <p>(B) seis anos, ou o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade.</p> <p>(C) quatro anos, ou o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade.</p> <p>(D) seis anos, ou o de Presidente, não figurará entre os elegíveis por dois anos consecutivos.</p> <p>(E) seis anos, ou o de Presidente, não figurará entre os elegíveis por três anos consecutivos.</p>
<p>73. Após decretada a prisão temporária:</p> <p>(A) O indiciado deverá provar que tem residência fixa, caso contrário poderá ser prorrogada a prisão por tempo indeterminado, até a conclusão do inquérito policial.</p> <p>(B) O indiciado poderá permanecer preso pelo prazo de 30 dias, prorrogável por 5 dias se tratar-se de crime hediondo.</p> <p>(C) Serão intimados o Ministério Público, a autoridade policial e a defesa.</p> <p>(D) O juiz terá o prazo de 24 horas para se manifestar, fundamentadamente, sobre a necessidade de prorrogação.</p> <p>(E) Será expedido mandado de prisão em duas vias, uma das quais deve ser entregue ao indiciado, servindo como nota de culpa.</p>	<p>78. Com relação à Corregedoria-Geral da Justiça é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A designação dos Juízes-Corregedores será por tempo indeterminado, mas considerar-se-á finda com o término do mandato do Corregedor-Geral.</p> <p>(B) O mandato de Corregedor-Geral de Justiça é obrigatório, vedada a reeleição.</p> <p>(C) O Corregedor-Geral da Justiça será substituído em seus afastamentos e impedimentos pelo Desembargador mais antigo, excluídos os que exercem funções administrativas no Tribunal ou que atuam no Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) O Corregedor-Geral, eleito pelo prazo previsto para o mandato do Presidente, integrará as Câmaras.</p> <p>(E) Os Juízes-Corregedores, uma vez designados, podem ser dispensados dos serviços das Varas de que forem titulares.</p>
<p>74. São características do Inquérito Policial:</p> <p>(A) dispensabilidade e legalidade.</p> <p>(B) autoridade e oportunidade.</p> <p>(C) publicidade e informalidade.</p> <p>(D) oficialidade e indisponibilidade.</p> <p>(E) coercitividade e autoritariedade.</p>	<p>79. Mário, Joana e João são Juízes de Direito. Mário é casado com Joana e João é irmão de Joana. Mario é juiz na Comarca A que possui três Varas, Joana é juíza na Comarca B que possui quatro Varas e João é juiz na Comarca C que possui cinco Varas. Mario, Joana e João NÃO poderão funcionar juntos como juizes APENAS</p> <p>(A) na Comarca A.</p> <p>(B) nas Comarcas A e B.</p> <p>(C) nas Comarcas A e C.</p> <p>(D) nas Comarcas B e C.</p> <p>(E) na Comarca C.</p>
<p style="text-align: center;">Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe</p> <p><u>Atenção:</u> As questões de números 75 a 80 referem-se ao Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe.</p> <p>75. É um dos requisitos mínimos indispensáveis para a elevação de Comarca à segunda Entrância:</p> <p>(A) O eleitorado de pelo menos trinta mil eleitores.</p> <p>(B) A população mínima de trinta mil habitantes.</p> <p>(C) O movimento forense anual não inferior a cem feitos judiciais contenciosos.</p> <p>(D) O repasse da arrecadação estadual de impostos superior a dois mil salários mínimos.</p> <p>(E) A arrecadação municipal de impostos superior a cinco mil salários mínimos.</p>	<p>80. Nas Comarcas providas de duas ou mais Varas, competirá ao</p> <p>(A) Presidente indicar, anualmente, para designação do Corregedor-Geral da Justiça, o Juiz que exercerá a Direção do Fórum, permitida a recondução.</p> <p>(B) Corregedor-Geral da Justiça indicar, anualmente, para designação do Presidente, o Juiz que exercerá a Direção do Fórum, permitida a recondução.</p> <p>(C) Corregedor-Geral da Justiça indicar, semestralmente, para designação do Presidente, o Juiz que exercerá a Direção do Fórum, permitida a recondução.</p> <p>(D) Corregedor-Geral da Justiça indicar, anualmente, para designação do Presidente, o Juiz que exercerá a Direção do Fórum, vedada a recondução.</p> <p>(E) Presidente indicar, anualmente, para designação do Corregedor-Geral da Justiça, o Juiz que exercerá a Direção do Fórum, vedada a recondução.</p>
<p>76. Considere os seguintes órgãos:</p> <p>I. Tribunal de Justiça.</p> <p>II. Conselho da Justiça Militar.</p> <p>III. Juízes de Direito.</p> <p>IV. Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>São órgãos do Poder Judiciário do Estado, os indicados apenas em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	